

Limites do Medievalismo¹: Totalidade Social e Esferas Constitutivas

Paulo Henrique de Carvalho Pachá

(NIEP-Prék / PPGH-UFF)

phpacha@gmail.com

Introdução

Nos últimos quarenta anos, o campo da história medieval desenvolveu-se sob a hegemonia da Nova História com impressionante rapidez. Infelizmente, o mesmo não pode ser dito acerca dos nossos conhecimentos sobre o medievo. Não apenas não aprofundamos o conhecimento das características desse período, como abandonamos as sendas que pareciam mais profícuas. Pois o resultado de tal desenvolvimento acelerado não foi a resolução de questões clássicas, ou a elaboração de profundas sínteses sobre a sociedade em questão. Ao contrário, mais do que nunca valorizamos a multiplicidade e a fragmentação, tanto de perspectivas, quanto de temáticas e de abordagens². A julgar pelo estado da arte da medievalística, a multiplicidade é um valor em si mesmo, e todas as análises são igualmente (ir)relevantes.

Em que pesem os desejos e objetivos declarados dos medievalistas, esse modo de fazer história, que se elevou à condição de norma, nos confronta com seus resultados patentemente insuficientes. Por um lado, esses atestam a nossa incapacidade de analisar cientificamente nosso objeto, as sociedades inscritas em outras fatias de duração temporal. Enquadradas através da mais extrema parcialidade, o quadro que resulta de nossas análises é sempre o de uma sociedade cindida (a qual existe apenas como referencial negado pelas próprias análises), cujos fragmentos acessíveis (cada vez mais ínfimos) talvez nem mesmo mereçam a designação de uma totalidade orgânica; por outro lado, falhamos também com o nosso presente, legando à sociedade uma história crescentemente irrelevante, resultado da posição infantil que afirma não ter o presente nenhum efeito em nossa apreensão do passado.

Encontramos-nos, portanto, em uma encruzilhada. Ou assumimos com a clareza necessária nossa vocação para decretar a sentença de morte do ofício do historiador (ao menos em suas pretensões científicas), ou reunimos nossas forças em direção a uma última intervenção crítica. Ou confortamos o doente desenganado, ou apostamos todas as fichas em uma operação intensa,

¹De “medievalismo” ou “medievalistas” denominamos uma corrente de abordagem da sociedade medieval calcada na historiografia francesa, especificamente naquela que é enquadrada como “Nova História” ou “terceira geração dos *Annales*”. Pensamos ser razoável essa denominação pois tal corrente é, ao menos na França e no Brasil, absolutamente hegemônica. Na historiografia de outros países, tal corrente dispõe de elevada influência.

²O momento-chave de tal tendência parece ter sido a publicação da coletânea-manifesto *Faire de l'histoire* (Le Goff & Nora, 1974). Abaixo, avanço a proposição que a coletânea em questão é certamente abrangente e funciona como cristalização dos princípios da Nova História, contudo, suas linhas de força gerais já estavam bem estabelecidas alguns anos antes. Na edição brasileira, a obra recebeu o sugestivo título de “*História – Novos Problemas. Novos Objetos. Novas Abordagens*” (1976). Sobre a fragmentação como característica central da Nova História, muito elucidativo é o título do livro de François Dosse (2003).



violenta (como são todas as grandes cirurgias), mas que pode restabelecer a saúde desse corpo enfermo. Em ciência, essa intervenção recupera o sentido mais fundamental da crítica: crítica de pressupostos, crítica ontológica.

Dentre os diversos aspectos nos quais esta crítica deve incidir, dispõe de papel central o problema da das relações entre a sociedade como totalidade e suas partes constitutivas (aqui denominadas de “esferas da vida”, i.e., primordialmente, econômica, cultural e política). O que está em questão, portanto, é uma análise científica da sociedade medieval como totalidade.

Para os medievalistas, na medida em que operam orientados por um ingênuo empirismo e ignoram o caráter retrospectivo de toda história, a sociedade medieval é sempre pensada, *a priori*, como conjunto de esferas reciprocamente independentes. Assim, alguns fazem história política, muitos história cultural, e poucos, história econômica.

Deparamos-nos com uma posição ontológica que figura a sociedade como uma coleção de áreas individualizadas umas das outras e irredutíveis entre si. Assim, temos a “área da cultura”, “da organização política”, “da religião” etc. Ou seja, implicitamente nega-se a idéia de que as sociedades constituem totalidades – ignora-se que estas não podem existir parcialmente, aleijadas de suas esferas constitutivas – e não se percebe que tais fronteiras, a delimitação do que constitui a cultura ou o político, é uma efetiva operação do pensamento, necessária para a análise científica, mas abusiva e sempre provisória.

Enquadramos tais questões a partir do confronto de três perspectivas diversas sobre o problema da totalidade social e de suas esferas constitutivas: a posição avançada implicitamente pela Nova História (aqui identificada e denominada com a posição do próprio medievalismo contemporâneo); uma concepção própria da antropologia econômica (proposta por Karl Polanyi); e a abordagem empreendida pela historiadora Marxista Ellen Meiksins Wood. Do exame crítico das três posições elencadas, articulamos uma síntese que, fundada tanto no Realismo Crítico quanto no marxismo, seja adequada para a análise da sociedade medieval e supere as limitações da Nova História.

Totalidade Negada: a cisão do social em áreas

A aparente contradição que não podemos ignorar reside no seguinte fato: a despeito do medievalismo contemporâneo³ ter como uma de suas características centrais e mais reveladoras a posição que avança acerca das relações entre a totalidade social e suas partes constitutivas, essa é sempre uma posição implícita. Conforme veremos, tal característica não é acidental, mas acaba por retroagir sobre a própria posição.

A posição em questão pode ser assim sintetizada: para grande parte dos medievalistas, a sociedade medieval é dividida em “áreas” (ou “esferas”) reciprocamente independentes, com limites e características rigidamente definidas. Cultura, economia e política constituiriam as principais

³Novamente, por esse termo designamos as análises empreendidas no campo da história medieval que comungam dos princípios e características gerais avançados pela Nova História. Por se tratar da posição dominante, é identificada aqui como o medievalismo contemporâneo.

esferas da sociedade medieval (ou de todas as sociedades), mas, sendo sempre implícita e jamais proposta de forma clara, tal posição permite a enumeração de outras esferas – a mentalidade constitui um exemplo claro, ainda que datado. Dada a tendência de fragmentação ainda maior do campo, não seria surpreendente pensar em uma esfera da religião ou do pensamento político que venha a informar as análises dos medievalistas.

Tais esferas são reciprocamente independentes porque admitem desenvolvimentos com lógicas e dinâmicas completamente díspares até o limite de sua desvinculação. Le Goff sintetiza tal aspecto de forma muito clara ao caracterizar a história das mentalidades: esta seria a história da inércia, da imobilidade como força histórica, da “tradición, eso es, las formas en que se reproducen mentalmente las sociedades, los desfases, producto del retraso de los espíritus en adaptarse al cambio y de *la rapidez desigual de evolución de los distintos sectores de la historia*”. Em comparação com os outros “setores da história”, a “mentalidad es lo que cambia con mayor lentitud” (Le Goff, 1980: 5-6. Grifo nosso).

Tal desvinculação não se apresenta apenas através de ritmos de transformação diversos, mas também no “desenvolvimento comparativo” das áreas das sociedades: assim, poderíamos falar – como Le Goff efetivamente faz – em um desenvolvimento da cultura superior ao da economia etc. A existência de limites rígidos (ou, no mínimo, claros) entre as áreas da sociedade emerge como decorrência lógica das proposições acima. Pois, se a cultura e a economia designam um todo indistinto, não é possível dotá-los de velocidades de desenvolvimento desiguais ou efetuar julgamentos que apontem para a superioridade de um sobre o outro. Assim, a separação entre as áreas do social existe como pressuposto para a própria posição que analisamos no momento. Se, em geral, a Nova História não discute os pressupostos que orientam suas análises, este específico não é nem mesmo considerado. Trata-se, efetivamente, de uma posição *a priori* e potencialmente desconhecida pelos próprios agentes que a empregam em suas análises. Assim, tal desconhecimento retroage sobre a própria concepção, fundando e fomentando análises cada vez mais parciais, cada vez mais limitadas a determinadas áreas e suas sub-áreas. A funcionalidade da posição em questão é explícita para o programa teórico-político da Nova História: enxergamos apenas uma Idade Média onírica, expressão puríssima do imaginário, tempo do maravilhoso por excelência. Harmoniosas fantasias sustentadas por uma materialidade incômoda e intrusiva, cuja existência deve ser combatida, riscada das figurações contemporâneas, transformada em não-tema.

Totalidade Rompida: a integração do social no passado

Contudo, a crítica de tal concepção não se completa apenas ao apontarmos os inúmeros equívocos que avança, é necessário também examinar as suas condições de possibilidade e difusão. Uma recorrente distinção entre o capitalismo e as sociedades pré-capitalistas toca exatamente no ponto que ora examinamos e nos fornece indicações preciosas sobre as condições de possibilidade da posição do medievalismo. Estabelecendo uma oposição entre os significados “formal” e “substantivo” da economia, destacando este último como superior em relação ao primeiro – o antropólogo húngaro Karl Polanyi (1957a: 243-270) estabeleceu as bases para toda uma tradição de análise das economias antigas.

O desenvolvimento do significado *substantivo* da economia passa, então, pelas formas de institucionalização da própria economia, a qual aparece como institucionalizada, incrustada, integrada ou enredada⁴ (*Ibid.*: 250) em instituições econômicas e não-econômicas. O objetivo da análise proposta por Polanyi revela-se, então, como uma investigação da transformação do lugar social ocupado pela economia⁵.

A aplicação do instrumental teórico desenvolvido por Polanyi cristaliza a distinção para a qual devemos voltar nossa atenção. Recuperando as proposições dos economistas clássicos, Polanyi avança uma oposição entre “a condição integrada e não-integrada da economia em relação à sociedade”. Assim, “a economia não-integrada do século XIX separou-se do resto da sociedade, mais especificamente do sistema político e governamental” (1957b: 68). As razões desta não-integração encontram-se nas características das “economias de mercado”⁶. Segundo o autor:

Não são os laços de sangue, compulsão legal, obrigação religiosa, fidelidade ou mágica que criam as situações sociológicas as quais fazem os indivíduos participar da vida econômica, mas especificamente instituições econômicas como a iniciativa privada e o sistema de salários. (Polanyi, 1957b: 68)

A principal distinção histórica que encontramos na obra de Polanyi é, portanto, aquela estabelecida entre as economias integradas (à totalidade social) e as não-integradas. O pré-capitalismo apareceria como um conjunto de economias do primeiro tipo, nas quais religião, dependência pessoal, parentesco, em suma, relações extra-econômicas constituiriam as relações econômicas de forma primária; ao contrário, o capitalismo seria caracterizado por uma separação da economia da totalidade social, por sua não-integração, e cuja operação seria decorrente de “leis próprias”, “especificamente econômicas”, e que “funcionam sem a intervenção consciente da autoridade humana, Estado ou governo” (*Ibid.*).

Totalidade Reconhecida: a forma de integração do presente

Visando objetivos diversos, a historiadora marxista Ellen Meiksins Wood nos oferece outra perspectiva sobre a mesma questão, isto é, o processo de diferenciação do econômico em relação às outras esferas da totalidade social. Em oposição a uma postura intelectual que considera como mera abstração esta diferenciação das esferas da totalidade social sob o capitalismo, Wood ressalta que este é um processo real.

Alinhada com Polanyi, para Wood, este processo se materializa de forma explícita no momento da apropriação do excedente, uma vez que este existe como momento do próprio processo de produção e, assim, “ocorre na esfera ‘econômica’ por meios ‘econômicos’” (Wood, 2003: 34).

4Os termos em questão traduzem as palavras *embedded* e *enmeshed*.

5“...a análise da maneira na qual o processo econômico é instituído em diferentes tempos e lugares” (Polanyi, 1975a: 250).

6Dentre as quais, “um sistema auto-regulatório de mercados formadores de preços” governado por “leis próprias” (oferta e demanda), e “motivado por medo da fome e esperança de lucro”. (Polanyi, 1975b: 68).

Empreendendo um passo fundamental em relação à Polanyi, Wood argumenta que a distinção fundamental da análise de Marx em relação aos economistas clássicos – que também observam este processo de diferenciação – encontra-se na sua capacidade de expor uma continuidade fundamental entre as esferas da totalidade social. Através da crítica das interpretações tradicionais da metáfora base-superestrutura – nas quais uma “base” econômica é refletida em certas instituições “superestruturais” e por elas mantida (*Ibid.*: 29) –, Ellen Wood demonstra como essa lógica de conjunto une o “econômico” às outras esferas da sociedade como uma totalidade, e não como uma vinculação externa de elementos diversos.

Tal interpretação, que Wood identifica com certo “marxismo político”⁷,

...não apresenta as relações entre base e superestrutura como uma oposição, uma separação ‘regional’, entre uma estrutura⁸ econômica básica ‘objetiva’, de um lado, e formas sociais, jurídicas e políticas, de outro, mas, ao contrário, como uma estrutura contínua de relações e formas sociais com graus variáveis de afastamento do processo imediato de produção e apropriação, a começar das relações e formas que constituem o próprio sistema de produção. As ligações entre ‘base’ e ‘superestrutura’ podem então ser identificadas sem grandes saltos conceituais porque não representam duas ordens de realidade essencialmente diferentes e descontínuas.” (Wood, 1995: 32)

A diferença, portanto, não é apenas de ênfase. Aquilo que é a imagem do processo real e assim percebida pela economia política clássica – e por Polanyi – é a diferenciação do econômico em relação às outras esferas da vida social (no argumento de Wood, em especial a esfera do político). Para estes autores, a economia separa-se de tal modo até o limite da efetiva autonomização, coloca-se então completamente a margem do político, que não tem possibilidades de intervenção em sua dinâmica. A crítica de Wood, calcada no caráter distintivo da análise de Marx, é retomar esta diferenciação do econômico não como autonomização, mas como dominância. Não se trata de um econômico à margem do político, independente, mas de um que existe como político, jurídico, cultural (e, por que não, religioso), enfim, uma esfera do econômico que existe como momento predominante de todas as outras esferas, que as cria (ou transforma a sua imagem e semelhança). O capital “cria um mundo à sua imagem e semelhança” (Marx & Engels, 2003: 44).

Ou seja, segundo Wood, “a ‘esfera’ da produção é dominante não no sentido de se manter afastada das formas jurídico-políticas ou de precedê-las, mas exatamente no sentido de que essas formas são formas de produção, os *atributos* de um sistema produtivo particular” (Wood, 1995: 33). Em síntese: “a base produtiva em si existe sob o aspecto de formas políticas, sociais e jurídicas – em particular, formas de propriedade e dominação” (*Ibid.*: 29). O processo não acontece como autonomização do econômico, mas como dominância sobre as outras esferas, a partir – isto é, através – dessas próprias esferas.

Totalidade Real: o objeto da ciência

⁷A referência explícita é Robert Brenner (1995: 10-63).

⁸A tradução brasileira incorre em erro e transcreve a passagem como “entre uma *superestrutura* econômica básica ‘objetiva’” (grifo nosso). Na edição norte-americana (Wood, 1995: 25), a passagem é a seguinte: “between a basic ‘objective’ economic *structure*” (grifo nosso).

No presente momento, a superioridade da última posição – representada por Ellen Wood – deve ser clara. Se para o medievalismo a totalidade social é sempre negada *a priori* (de forma irrefletida, tácita e implícita), e em Polanyi encontramos uma abordagem que figura e vincula a autonomização da economia em relação às outras esferas constitutivas da totalidade social à emergência do próprio capitalismo, é apenas nas proposições de Wood (fundadas na análise de Marx) que a correta apreensão empreendida por Polanyi sobre um processo histórico real – o destaque do “econômico” sob o capitalismo – encontra seus efetivos fundamentos. Pois não se trata de demonstrar que a cisão empreendida pelo medievalismo existe, de fato, para o mundo contemporâneo (como a abordagem de Polanyi parece sugerir) mas, ao contrário, que mesmo sob o capitalismo essa diferenciação do econômico é um processo complexo que não redundava em mera separação especial, autonomização, portanto, mas em diferenciação que se expressa como dominância efetiva a partir do interior de cada esfera, montando e remontando a cada momento a sociedade enquanto totalidade real⁹.

Tal forma de articulação entre a totalidade e suas esferas constitutivas pode ser desenvolvida e clarificada quando recorremos ao Realismo Crítico – corrente da filosofia da ciência surgida na década de 1970, na Inglaterra¹⁰. Tendo em vista os limites desse trabalho, empreendo um resumo abusivo e destaco apenas os aspectos diretamente relevantes para o problema que analisamos aqui.

Dentre as inúmeras proposições que o Realismo Crítico avança, uma das mais distintivas é aquela sobre o caráter estratificado (ou estruturado) da realidade. A partir de um extenso e complexo argumento, Roy Bhaskar (1997) demonstra a existência e independência de ação das estruturas causais e mecanismos generativos da natureza em relação às condições que permitem o seu acesso pelos homens, isto é, seu caráter estrutural e intransitivo. De forma semelhante, argumenta que eventos precisam ocorrer de forma independente das experiências a partir das quais são apreendidos. Assim, mecanismos, eventos e experiências constituem três domínios sobrepostos da realidade (natural), os quais denomina como real, efetivo e empírico. Em que pese os limites do naturalismo, Bhaskar (1998: 44) argumenta em prol de sua possibilidade e propõe que não apenas a realidade natural é estruturada, mas também a sociedade.

Tal proposição é sintetizada por Joseph e Kennedy (2000) como a defesa de

⁹É necessário distinguir ao menos dois sentidos nos quais as sociedades existem como totalidades: 1) O sentido empregado aqui se refere às sociedades como totalidades (unidades) das esferas constitutivas do social (político, econômico e cultural). De acordo com a argumentação que estamos empreendendo, essas totalidades existem no real (e não poderia ser diferente) e, no pensamento, as seccionamos e remontamos (ainda que nem sempre) de formas diversas. Nesse sentido, não há diferenças imediatas entre pensar o capitalismo ou o pré-capitalismo como totalidades, mas a questão é observar como pensamos sobre as sociedades; 2) Um outro sentido, mais específico, é aquele posto pelo próprio capitalismo: a nossa sociedade é uma totalidade porque as relações e dinâmicas colapsam de forma imediata seus pressupostos e seus desenvolvimentos (tem sentido, objetivo, direção, tendencial e imanente). O movimento dominante dessa sociedade é movimento do capital (D-M-D') e todo o resto o acompanha. Como esse movimento é cíclico e organiza (crescentemente) todos os outros momentos da vida social, essa sociedade é uma totalidade em sentido estrito. Além disso, é uma totalidade que se reproduz como eterna permanência (através da eterna mudança), que se projeta para um futuro infinito.

¹⁰Dentre uma imensa produção bibliográfica, destaco *A Realist Theory of Science* (Bhaskar, 1997) e *The Possibility of Naturalism* (Bhaskar, 1998).

uma concepção de sociedade baseada em um complexo de diferentes estruturas, mecanismos generativos e práticas, ordenados hierarquicamente, mas de forma estratificada e sobredeterminada, onde os processos devem ser entendidos em termos de emergência e não de redução. (Joseph & Kennedy, 2000: 511)

Dessa forma, ainda que a sociedade seja um agregado de diferentes estruturas, mecanismos e práticas, destaca-se o seu caráter sobredeterminado e relacional, ou seja, a sociedade é caracterizada aqui como uma totalidade de relações. Segundo Bhaskar,

ainda que *totalização* seja um processo no pensamento, totalidades são *reais*. Ainda que seja contingente se necessitamos que um fenômeno seja compreendido como um aspecto de uma totalidade (dependendo de nossos interesses cognitivos), não é contingente se ele *é* tal aspecto ou não. A ciência social não cria as totalidades que revela, ainda que ela própria possa ser um aspecto destas. (Bhaskar, 1998: 43)

Se, conforme as críticas que avançamos ao longo dessa comunicação, e ao contrário da posição que avança o medievalismo e a antropologia econômica de Polanyi, as sociedades (inclusive o capitalismo) de fato existem como totalidades, o que está em questão é a correta forma de análise que esse objeto específico demanda. Em que pese o correto reconhecimento da natureza do objeto em questão, Ellen Wood pouco nos oferece no que tange ao seu adequado método de análise. Este, nós encontramos no Realismo Crítico. Segundo Joseph e Kennedy:

A complexidade do social deve ser correspondida por uma forma de análise estratificada, na qual os diferentes aspectos do social devem ser investigados em abstração. A operação de estruturas e mecanismos generativos deve ser estudada como tendências que podem ou não serem exercidas, dependendo da situação concreta, mas, as quais, a despeito disso, são fatores reais e determinantes. (Joseph & Kennedy, 2000: 511)

Tal método de análise desenvolve-se, portanto, da seguinte forma:

Explicar as propriedades duradouras do mundo significa identificar mecanismos causais. Uma vez que a identificação de um mecanismo ocorreu, este torna-se ele mesmo um objeto de investigação. De forma contínua, novos mecanismos subjacentes podem ser postos conforme a ciência penetra mais fundo na realidade. Essa profundidade ontológica, explica Bhaskar, ‘funda-se na estratificação em múltiplos níveis da realidade, e na consequência lógica – de descobrimento – que a estratificação impõe a ciência’. Uma vez que certa profundidade foi estabelecida, então esse conhecimento pode funcionar como uma explicação superior dos níveis ‘superiores’. (Joseph & Kennedy, 2000: 519)

O método do Realismo Crítico apresenta-se então como a seguinte sequência: (1) a análise causal de um evento; (2) a remodelação teórica das causas envolvidas; (3) um processo de retroação do evento remodelado (e/ou de suas causas) até os processos antecedentes que podem ter produzido-os; e (4) uma eliminação das causas alternativas (Joseph & Kennedy, 2000: 519).

Dessa forma, a estrutura social pode ser caracterizada como sobreposta porque, no decorrer da análise, cada nível retroage sobre o anterior, expandindo a sua caracterização e avançando um conhecimento menos parcial.

É necessário, contudo, explicitar que esse procedimento não se confunde com uma lógica de causalidade simples, uma vez que um mecanismo mais profundo não torna necessária a emergência

de um menos profundo (ou de uma relação com outro mecanismo, expressão de um efeito etc), e, assim, sua caracterização em isolamento, ainda que correta, não é suficiente para caracterizar também o mecanismo emergente¹¹.

Qual é, portanto, o impacto dessas observações para o problema da relação entre a totalidade social e suas esferas constitutivas? Podemos enquadrar a questão novamente opondo as conclusões de Wood àquelas de Joseph e Kennedy acerca do clássico tema marxista das relações entre base e superestrutura.

Segundo Joseph e Kennedy,

A produção é socialmente organizada e existe em uma relação estratificada com o restante da totalidade social. Isso significa que é impossível separar as forças produtivas das relações de produção nas linhas que são avançadas pelos vários modelos de base e superestrutura. Ainda que o realismo argumente que pode ser necessário examinar estruturas e mecanismos específicos em isolamento (...), é sempre necessário reexaminar esses processos em relação a outros em um contexto estratificado e aberto (...). [...] A sociedade, portanto, deve ser vista como um conjunto de diferentes estruturas, mecanismos generativos e práticas que operam juntos de forma estratificada e contraditória. Processos devem ser entendidos em termos de emergência e não redução, e poderes emergentes devem ser considerados como produtos de combinação social. [...] A totalidade social não é determinada por uma base econômica, mas é produto de uma complexa, e frequentemente contraditória, combinação de diversas estruturas e mecanismos. A dominância do econômico em meio a esse todo enfatiza a importância central da produção e, sob o capitalismo, a força motriz da acumulação de capital. Mais do que representar a base da sociedade, esta é mediada por aquela. (Joseph & Kennedy, 2000: 519)

Tal posição aparece como uma reconsideração daquela avançada por Polanyi, se este dispusesse de alguma reflexão ontológica ou epistemológica. Pois, ainda que seja impossível separar base e superestrutura, a “dominância do econômico” expressa, sob o capitalismo, “a força motriz da acumulação de capital”. A sociedade é caracterizada então como um agregado estratificado e sobreposto de estruturas, mecanismos generativos e práticas, cujas relações são, não obstante, hierarquizadas a partir do princípio da emergência de cada camada (*strata*). Assim, o

¹¹Segundo os autores: “Assim como processos sociais não podem ser explicados pelas leis da física, também não é possível explicar determinação social simplesmente em termos de condições econômicas. Mesmo que aceitássemos a primazia do econômico, diferentes camadas [ou níveis, *strata* no original] sociais têm poderes causais específicos e que não podem ser reduzidos ao nível inferior da qual são emergentes. Essas propriedades emergentes são relacionais e específicas. Como escreve Archer, falar de poderes emergentes é fazer referência a uma propriedade que vem a ser através da combinação social. [...] A produção de sistemas superiores por inferiores é uma característica da emergência: camadas superiores são mais do que a soma das camadas abaixo. Um sistema emerge de uma articulação de mecanismos generativos. O resultado é uma ontologia de estruturas reais e estratificadas. A característica da emergência significa que nós podemos evitar reduzir o material ao puramente físico ou à base material. Ainda que o mundo físico seja a “base rústica” do social, fenômenos sociais como a cultura, ideologia, instituições e posições sociais só podem ser entendidos em relação aos mecanismos socialmente emergentes, cada qual com suas próprias especificidades.” (Joseph & Kennedy, 2000: 520).

Tal posição, contudo, permanece incompleta se não consideramos também que essas estruturas e mecanismos emergentes retroagem sobre as suas “bases”, sendo reproduzidas ou transformadas através da ação humana, ainda que frequentemente como efeitos não intencionais de práticas diversas. Cf. o Modelo Transformacional da Atividade Social [*Transformational Model of Social Activity (TMSA)*] em Bhaskar (1998: 34).

econômico pode exercer dominância sob o capitalismo, isto é, mediar as relações entre as diferentes estruturas, mecanismos e práticas.

Ainda que convergente com a posição de Joseph e Kennedy, Ellen Wood nos apresenta apenas uma ontologia implícita. Dessa forma, é incapaz de esclarecer alguns aspectos centrais de sua abordagem ou diferenciá-la adequadamente das outras posições sobre a questão. Constrangida por esse limite ontológico (a incapacidade de explicitar outra forma de figurar a sociedade) Wood não consegue se libertar completamente da teoria que é o alvo de sua crítica. Assim, ainda que afirme que a metáfora base e superestrutura deve ser substituída por “uma estrutura contínua de relações e formas sociais com graus variáveis de afastamento do processo imediato de produção e apropriação” (Wood, 2003: 32), permanece limitada a apresentar essa conclusão nos termos redutores do questão original¹².

É nesse ponto que a ontologia proposta e desenvolvida pelo Realismo Crítico apresenta-se como fundamental. Ao figurar o mundo (natural e social) como uma totalidade estratificada e hierarquizada, podemos recolocar o problema da base e superestrutura em termos que superam os enquadramentos prévios da questão.

Não se trata mais de tentar expressar as relações entre base e superestrutura como relações que ocorrem entre “esferas” do social estabelecidas e consideradas de forma puramente abstrata, mas de uma análise que é capaz de construir de forma realista os objetos que analisa. O econômico não aparece mais como uma esfera do social arbitrariamente constituída e delimitada, mas como um agregado de estruturas, mecanismos, práticas e relações constituintes que aparecem como objeto da análise. Não se parte de uma divisão prévia da totalidade social, mas esta emerge como produto da prática científica que avança uma ontologia determinada e com fundamentos rigorosos.

Tão pouco é necessário abandonar a clássica formulação marxista acerca da prioridade ontológica¹³ do (das estruturas de relações) econômico(cas), pois este permanece dispendioso em dois sentidos: por um lado se o consideramos em sentido *lato*, como o processo de produção e reprodução da vida (material), as relações “econômicas” dispõem de prioridade sobre todas as outras; por outro lado, se expandimos o sentido de “determinação” (para além de uma determinação monocausal, empírica e unívoca), a síntese das relações econômicas forma a estrutura da qual emergem outras relações. Nesse sentido, pensado a partir do princípio da emergência, determinação estrutural “deve ser concebida como um princípio que possibilita, não apenas coercitivo” (Bhaskar, 1998: 40).

¹²Nas palavras de Wood (2003): “As ligações entre ‘base’ e ‘superestrutura’ podem então ser identificadas sem grandes saltos conceituais porque não representam duas ordens de realidade essencialmente diferentes e descontínuas” (*Ibid.*: 32), ou ainda, “a base produtiva em si existe sob o aspecto de formas políticas, sociais e jurídicas – em particular, formas de propriedade e dominação” (*Ibid.*: 29).

¹³O termo “prioridade ontológica” deve ser entendido conforme a formulação de Lukács (1979: 21): “Quando atribuímos uma prioridade ontológica a determinada categoria com relação a outra, entendemos simplesmente o seguinte: a primeira pode existir sem a segunda, enquanto o inverso é ontologicamente impossível. É algo semelhante à tese central de todo materialismo, segundo a qual o ser tem prioridade ontológica com relação à consciência. Do ponto de vista ontológico, isso significa simplesmente que pode existir o ser sem a consciência, enquanto toda consciência deve ter como pressuposto, como fundamento, algo que é. Mas disso não deriva nenhuma hierarquia de valor entre ser e consciência”.

Se enquadrarmos as brilhantes conclusões de Wood no quadro teórico-conceitual desenvolvido pelo Realismo Crítico, somos capazes de preservar o caráter preciso das conclusões que a primeira avança sem cair nas armadilhas que esta é incapaz de evitar. Assim, cabe reformular a conclusão que Wood apresenta – “a base produtiva em si existe sob o aspecto de formas políticas, sociais e jurídicas – em particular, formas de propriedade e dominação” (Wood, 2003: 29) – não como uma “base produtiva” que se manifesta em formas específica, mas como um estrutura (de relações) – que dispõem de prioridade ontológica – na medida em que existem como o nível da qual emergem outras relações (e estruturas) irreduzíveis ao primeiro. Não se trata de uma base (material) que determina a superestrutura em todos os seus aspectos, nem de uma base etérea que se encarna em diversos aspectos da superestrutura, mas de uma base que existe como síntese de relações (estrutura) da qual emergem de forma complexa (no sentido avançado pelo Realismo Crítico) diversas estruturas de relações, e a qual se relaciona ainda com outras estruturas.

Uma proposta de análise que sintetize os aspectos acima discutidos deve proceder da seguinte forma: (1) reconhecer que, como todas as sociedades humanas, o medievo constitui (ou melhor, constituiu no passado) uma totalidade real; (2) reconhecer o nosso ponto de partida como um momento historicamente específico no qual determinadas estruturas (de relações) sociais aparecem como relativamente autônomas. Assim, se a sociedade contemporânea aparece como uma totalidade cindida em diferentes esferas (que envolvem determinadas estruturas, mecanismos e práticas), isso apenas pode ser figurado de forma científica porque existe como movimento do próprio real¹⁴; (3) Se em história sempre procedemos de forma retrospectiva, a nossa realidade, nossa estrutura social, possibilita e limita as nossas formas de apreensão do presente e do passado. Assim, essa cisão da realidade em esferas constitutivas aparece como um movimento imediato do pensamento que enquadra as sociedades do passado; (4) Tanto para o capitalismo quanto para o medievo, o último passo da análise é *remontar* essas esferas enquanto totalidades. No primeiro caso, em que a autonomização relativa é *real*, trata-se também de reconhecer que essa totalidade é hierarquizada, tendo no econômico o seu momento predominante (ou que dispõe de prioridade ontológica). Trata-se, portanto, de desvelar as estruturas de relações “econômicas” em seus vínculos com outras estruturas como dominantes. Para o medievo, esse movimento de síntese deve observar que a prioridade ontológica do econômico não pode nunca se manifestar na realidade como *pureza*, que tal dominância nunca aparece como tal porque as estruturas de relações econômicas não podem ser depuradas dos seus vínculos com outras estruturas de relações. Não existem processos e elementos puramente “econômicos”, pois essas relações – à qual seccionamos como parte do procedimento de apreensão científica – encontram-se completamente imbricada com outras. Assim, ainda que seja possível explicitar ou enquadrar processos e elementos prioritariamente econômicos, estes nunca o são completamente, sempre existem apenas nas relações com outros sistemas de relações e estruturas não-econômicas.

O que está em questão é uma análise da sociedade medieval como totalidade, e empreendida de forma científica. Tal procedimento foi descrito por Marx da seguinte forma:

¹⁴O pensamento só é capaz desse procedimento porque o objeto que enquadra o empreende por si. A emergência do pensamento científico que tem por base essa divisão do real em esferas/elementos constitutivos estaria relacionada com a própria emergência do capitalismo, assim como ocorre com as concepções de tempo (cf. Postone, 1993).

O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações e, por isso, é a unidade do diverso. Aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, e não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida, e, portanto, também, o ponto de partida da intuição e da representação. (Marx, 2011: 54)

Nesse sentido, a ciência pode ser definida como a difícil arte de seccionar sistemas complexos (totalidades) em seus elementos constitutivos. Trata-se de operar distinções entre os elementos que constituem uma unidade específica, cujas características só podem ser estabelecidas enquanto partes dessa totalidade. Cometendo uma metáfora, de gosto duvidoso, poderíamos dizer que a investigação histórica científica é empreendida esquartejando a sociedade em diferentes estruturas de relações, as quais, em sua dimensão temporal, são transformadas pela ação coletiva dos homens. Em meio às vísceras desse corpo social, encontramos seus órgãos principais: cultura, poder e economia, cujas características acompanham as radicais transformações que sofre o corpo como um todo. Nos últimos dois séculos, por exemplo, crescendo como um carcinoma, a economia capitalista parece transformar todos os outros órgãos desse corpo social (estruturas) em seus apêndices, determinando o ritmo do fluxo sanguíneo e a degeneração celular. No passado, contudo, era outra a figura desse corpo e, portanto, outra também era a articulação entre esses órgãos fundamentais, e o medievo é um exemplo entre outros de tal situação. Ainda mais trágico, esquecemos que a denominação dos órgãos (e mesmo sua separação) é uma operação do pensamento, uma abstração, necessária para a análise científica, mas nem por isso menos abusiva. Enquanto uma totalidade, o corpo só existe como síntese das estruturas de relações que o compõem. Assim, considerar essa sociedade como uma totalidade implica em, findada a análise desses elementos constitutivos, reintegrá-los como unidade dialética e colocá-los em movimento a partir da investigação de sua dinâmica temporal.

Bibliografia citada

Bhaskar, R. (1997) *A Realist Theory of Science*. London: Verso.

----- (1998) *The Possibility of Naturalism: A Philosophical Critique of the Contemporary Human Sciences*. New York: Routledge.

Brenner, R. (1995) “Agrarian Class Structures and Economic Development in Pre-Industrial Europe” In: Aston, T. & Philpin, C. (eds.) *The Brenner Debate: Agrarian Class Structure and Economic Development in Pre-Industrial Europe*. Cambridge: Cambridge University Press. Pp. 10-63.

Dosse, F. (2003) *A História em Migalhas: dos Annales à Nova História*. São Paulo: Edusc.

Le Goff, J. & Nora, P. (eds.) (1974) *Faire de l'histoire*. Paris: Gallimard.

----- (1976) *História – Novos Problemas. Novos Objetos. Novas Abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 3 volumes.

Lukács, G. (1979) *Os princípios ontológicos fundamentais de Marx* (trad. de Carlos Nelson Coutinho). São Paulo: Livraria de Ciência Humanas. Cp. IV.

Marx, K. (2011) *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: UFRJ.

Marx, K. & Engels, F. (2003) *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo.

Polanyi, K. (1975b) “Aristotle Discovers the Economy” In: Polanyi, K., Arensberg, C. & Pearson, H. *Trade and market in the early empires: Economies in history and theory*. New York: The Free Press.

----- (1975a) "The Economy as Instituted Process" In: Polanyi, K., Arensberg, C. & Pearson, H. *Trade and market in the early empires: Economies in history and theory*. New York: The Free Press.

Postone, M. (1993) *Time, Labour, and Social Domination: A Reinterpretation of Marx's Critical Theory*. Cambridge: Cambridge University Press.

Wood, E. (2003) "A separação entre o "econômico" e o "político" no capitalismo" In: *Democracia Contra Capitalismo*. São Paulo: Boitempo.

----- (1995) *Democracy Against Capitalism: Renewing Historical Materialism*. Cambridge: Cambridge University Press.

Comentarios

Laura da Graca: Desarrollaste las distintas esferas y su interrelación. Me parece muy saludable la crítica que hacés al empirismo, al posmodernismo y a las tendencias actuales que llevan a estudiar temas irrelevantes. También en tu primera propuesta tenías una idea concreta, es decir, la restitución de la unidad que tenían esas esferas o la articulación de los distintos aspectos del fenómeno en un estudio concreto e integrador. Ahora presentás el fundamento de cómo pensar de manera global, por ejemplo, lo económico, lo político. Una cuestión es la fragmentación del objeto de estudio que aparece en el posmoderno y otra es el especialista en historia cultural, dedicado a la historia de la cultura, ya que constituyen problemas distintos. Entonces una cosa es tener en cuenta la imposibilidad de discernir lo económico de lo político en una sociedad precapitalista, aplicando este problema al estudio de esa sociedad, otra cosa es pretender estudiar esas esferas desde ese lugar. Quiero decir, los ejemplos que tuvimos recién, tanto de Sabrina [Orlowski] como de Pablo [Sarachu], son estudios de un problema específico donde se remite a la totalidad, pero ésta no es sinónimo de todas las cosas. Como fundamento para pensar una sociedad precapitalista me parece que es correcto, creo que el estudio tiene que remitir a una universalidad, pero no pretender un estudio de conjunto, ya que las especializaciones son inevitables y no se puede trabajar de otra manera. De cualquier forma, la ponencia aporta una cantidad de problemas muy interesantes.

¿Alguien quiere hacer algún comentario?

Carlos Astarita: Hay algunas cuestiones que me gustaría mencionar sobre esto. Una, es el concepto de totalidad, ¿cuál es su significado? ¿De qué hablamos cuando nos referimos a este término? Me parece que, en algún momento, el concepto que vos utilizás es cercano a la idea de todo, en tanto unión o interrelación, usando tu terminología, implicando lo económico, cultural y político. Esta concepción es compatible con Guerreau (2001), por ejemplo, que presenta un concepto de totalidad del enciclopedismo del siglo XVIII, con el cual se hizo la historia más tradicional también. Más allá de que estuviera separada en capítulos o no, se exponía la política (que eran los acontecimientos), luego la economía, después la sociedad y, finalmente, se terminaba con la cultura. Al final el lector podía decir "*todo esto lo uno yo*"; esta noción es propia del enciclopedismo: la totalidad es todo en un sentido lineal, de sumatoria de temas. En mi criterio, hay

otro concepto superior, el que toma Marx, donde la concepción de la totalidad es la esencia; Lukács ha valorizado mucho esta concepción. Digo esto porque en el fondo en este texto, igual que en muchos otros, nos encontramos con un mismo problema. Si no tenemos en cuenta que ése es el concepto de totalidad realmente operativo, no vemos la diferencia entre el concepto de causa y el de determinación, que son diferentes en tanto implican dos niveles analíticos distintos. Quisiera explicarme. Si yo digo “¿qué es el capitalismo?”, tengo que pensarlo como totalidad: qué lo constituye y lo hace discernible. Desde ese punto de vista, termino preguntándome por la esencia de ese sistema, es decir, si el capitalismo se define por el mercado, el espíritu de lucro o la relación social. En este sentido, reitero, el concepto de totalidad es esencia y al establecer qué significa capitalismo, estoy planteando qué lo que determina, no cuál es su causa ni qué lo hace una entidad económica. Esto es extraordinariamente importante porque, en definitiva, conduce a la pregunta del ser en tanto ser, que nos remite al desarrollo de la ontología desde los inicios de la filosofía griega con Platón y Aristóteles hasta Hegel y Marx. En el siglo XX, el desarrollo de la ontología, del estudio del ser en tanto ser, ha sido patrimonio de una muy pequeña porción de pensadores, entre ellos Lukács. Ahí vuelvo a plantearme qué es algo, en tanto la totalidad está remitiendo a la esencia. Si digo: “¿qué es el hombre?”, puedo pensarlo como un ser hecho a imagen y semejanza de Dios, en una concepción cristiana y platónica, o como un ser provisto del *logos*, en la concepción de Aristóteles, o puedo decir que el hombre es materialidad con deseos, en la concepción de Hobbes, o que es el conjunto de sus relaciones sociales, en la concepción de Marx. En todos estos casos, esa totalidad “hombre” está remitiendo a la esencia y, a fin de cuentas, a un proceso de abstracción. Entonces, desde este punto de vista, el concepto de totalidad feudal refiere a qué es lo que hace que el feudalismo sea feudalismo y no sea capitalismo, ni modo de producción asiático, ni ninguna otra cosa. ¿Qué es lo que hace que el feudalismo sea feudalismo? Por lo tanto, no puedo resolver esta cuestión sumando la economía feudal, la política feudal y la cultura feudal, o sea, la totalidad al estilo planteado por Guerreau -cuánto lo siento por él. No lo puedo concebir haciendo esa suma de factores, sino realizando un proceso abstractivo. A través de este procedimiento, posiblemente llegue a la siguiente conclusión: el feudalismo se distingue por un modo de producción en el cual hay una apropiación privada del excedente campesino por parte de señores individuales, es decir, la apropiación señorial del excedente. En definitiva, sigo pensando el problema en términos de abstraerme de lo secundario para destacar lo esencial. Es la única manera de discernir en una realidad muy compleja, que aparece con una inmensidad de características, y que me permite decir que el norte de la Península Ibérica en el siglo X era cualitativamente diferente a Al-Andalus, el sur de la Península, en la misma época.

Ahora, la segunda reflexión que me planteo con respecto a esto es la siguiente. Es evidente que, en la sociedad capitalista, aparece una línea divisoria inexistente en el feudalismo entre base económica y superestructura política, para usar terminología de Gramsci, o para decirlo en términos de Hegel (recogidos por Marx) una separación entre sociedad civil y sociedad política. Es cierto que, en el capitalismo la esfera económica se ha independizado y puede realizarse un análisis de su funcionamiento, como Marx ha hecho, con relativa prescindencia del sistema político. También es verdad que quien estudie el sistema económico feudal deberá remitirse a otros niveles no económicos de análisis, pero esto no niega la determinación por lo económico, ni tampoco la posibilidad de hacer estudios especializados sobre determinado ejes, que es lo que planteaba Laura

da Graca. Voy a poner un ejemplo extremo: si yo tengo que estudiar el gótico, tendré que estudiar la representación del espacio arquitectónico presupuesto por este arte y relacionarla quizás con el neoplatonismo, con el pseudo Dionisio y con el abad Suger. Eso implica un conocimiento de lo específico, de la especificidad. No obstante, este problema de la determinación de lo económico sigue siendo central. Repito, aquí no debe entenderse en cuanto a causa, sino en el sentido que le estoy dando de qué es lo que hace que el feudalismo sea feudalismo, intentando olvidar ahora el concepto de causalidad. ¡Ojo, existe la causa! No lo estoy negando: si hay muchas nubes va a llover, eso es una causa. Hay relaciones que son causales, esto no lo podemos refutar bajo ningún punto de vista. Pero la determinación en el sentido en que lo estoy explicando, de comprender qué es lo que hace al sistema, aparece también en la documentación medieval. Cuando uno abre el archivo de una iglesia o monasterio, ve que los monjes compran o adquieren tierras, las organizan, ponen un arrendatario al que le exigen que pague o haga cierto trabajo obligatorio. Esto se manifiesta en gran parte de los archivos monásticos o catedralicios y nos muestra la base de la recolección privada de excedente; ¿para qué? para mantener la cocina de los monjes, su hospital y abastecerse ellos mismos. La relación de explotación aparece en el archivo como la relación fundadora de todo lo demás, ya que con ese excedente van a comer o con el dinero de la renta monetaria van a comprar los cirios, la ropa necesaria para vestirse y todo lo que necesitan para sus tareas estamentales religiosas. Estos clérigos exigen al campesino que los vista, los alimente, les lleve los alimentos a la cocina, etc. Ahora me estoy comportando como un historiador totalmente empírico, hablando de lo que leyó en el documento, pero esto es lo que aparece. Para resumir la cuestión, es cierto que hay otra vinculación entre lo económico y lo político en la sociedad feudal, pero eso no desplaza el concepto de determinación, en este caso económica, no desaloja a la economía de la base social. Además, debemos diferenciar lo que acá no está tan diferenciado, como tampoco aparece distinción entre determinación y causa en muchos historiadores.

En síntesis, el problema de la determinación se vincula con un concepto de totalidad que difiere de la noción enciclopedista de sumatoria de cosas y que, en cambio, se orienta a saber qué es lo que es. En este caso, ¿Cuál es la esencia del feudalismo? ¿Es la iglesia, el gótico, el románico o la apropiación del excedente por los señores? Eso es lo que tenemos que pensar como problema global. Esto no es lo que ha pensado Guerreau al hablar de la totalidad.

Acerca de este tema, tengo una reflexión que se encuentra en un artículo bastante largo sobre el problema de la historiografía marxista (Astarita, 2009), en donde sostengo que la historiografía marxista francesa ha surgido y se ha desarrollado en situación subordinada a la escuela de los Annales. Cuando emerge el estudio historiográfico marxista en Francia más o menos con entidad propia, encuentra un campo donde la escuela de los Annales reina realmente y se subordina a su imperio. Entonces tenemos marxistas de los ciclos, las estructuras y las coyunturas; contamos con marxistas braudelianos de la larga duración que estudian las mentalidades, como hace Vovelle, después de que Braudel declara que hay que empezar con el estudio de las mentalidades. También poseemos el estudio marxista de Guerreau, que va detrás de lo que le dice su profesor Le Goff, con quien quiere quedar muy bien, y critica el concepto de lucha de clases, de modo de producción, incluso critica a los marxistas ingleses sin conocerlos bien y reproduciendo todos los procedimientos intelectuales que son agradables para la escuela de los Annales. En ese derrotero, toma el concepto de Le Goff, quien concibe al feudalismo como una mentalidad de larguísima

duración, y de hecho, lo extiende hasta el siglo XIX o XX porque lo considera una forma de pensamiento; el feudalismo no es en Guerreau ni en Le Goff el concepto de modo de producción o de formación económica y social que nosotros como marxistas estamos acostumbrados a manejar. Aquí de nuevo aparece el problema de la totalidad y de la determinación, o mejor dicho, la antinomia entre una dererminación idealista (la mentalidad) y una determinación económica (las relaciones de propiedad y de producción derivadas). Entonces, considero muy interesante apuntar a un problema teórico y, si bien es muy denso tu trabajo, creo que tenemos que reflexionar la problemática con la claridad de estos criterios. Esa es mi opinión.

Paulo Henrique de Carvalho Pachá: Primeiro, [respondo à] Laura. Os motivos para a diferença entre o resumo e esse trabalho: de certa forma, os dois são partes, desenvolvimentos, da minha dissertação em curso. O que me ocorreu, após ter enviado o resumo, antes de elaborar o trabalho, é que essa proposta de estudo de caso, de aplicação concreta dessa metodologia, depende de uma explicação, uma apresentação mais detalhada, como a que eu tentei fazer aqui. O que me pareceu é que apresentar um estudo de caso, como eu pretendi inicialmente (e que está feito), dependeria de uma série de pressupostos que eu não teria demonstrado aqui. E que são, me parecem, ainda que o Realismo Crítico (próximo ao marxismo) seja algo em expansão na Economia e na Sociologia, ainda é bastante inicial na História. Então apresentar algo calcado nesses princípios sem explicá-los, ficaria muito solto e frágil. Acho que esse estudo de caso, feita essa apresentação inicial, ficaria para a segunda edição do Encontro, que realizaremos no Rio, na praia. Não é isso?

Agora, sobre a inevitabilidade da especialização, ou a impossibilidade de uma análise nesses marcos, que dê conta da totalidade, me parece que o que se propõe não é uma análise que dê conta de todos os -potencialmente infinitos- aspectos da realidade. Nem uma análise que não admita especializações. Mas uma análise que, ao contrário do que faz a historiografia francesa, e os medievalistas brasileiros de maneira geral (exceto alguns), onde a totalidade deixou de ser algo que orienta a análise em seu princípio e em seu fim. É claro que, por isso eu fiz questão de marcar que esse medievalismo, que eu denomino assim, tão amplamente, não se confunde com os trabalhos que foram apresentados aqui. Então os trabalhos que nós vimos anteriormente, é de fato impossível, pelo nosso próprio processo de apreensão da realidade, e da própria característica da realidade, dar conta de seus infinitos aspectos. E, no entanto, em relação a esses trabalhos que nós vimos serem apresentados, é bastante evidente que partem de uma idéia de que esse mundo, ou que essa sociedade medieval, é composta por interrelações ou por uma rede de estruturas. Então a gente não observa aqui, o que é de fato muito animador, o tipo de visão, ou de seccionamento, que acontece na historiografia francesa. Onde parte-se a priori dessa... não se diz que não se estuda a totalidade, a historiografia francesa, porque ela é um horizonte inalcançável. É como se a totalidade em si não existisse. É como se, de fato, na realidade, a sociedade se apresentasse sempre parcialmente. Não é como se a especialização fosse um meio de empreender ou de alcançar um conhecimento dessa totalidade enquanto processo. Mas como se a especialização refletisse um seccionamento na própria realidade.

Para o Astarita: Tem uma nota, na verdade era parte do texto e virou nota, a nota 23, que faz uma distinção de pelo menos dois sentidos. Não é exatamente a mesma coisa que você falou, mas

aproxima-se. Eu gostaria de diferenciar só: essa proposição de totalidade que estou avançando seria então o primeiro sentido que você mencionou: uma totalidade das relações. Mas diferencia-se do segundo sentido, que seria talvez um projeto dos *Annales*: estudamos primeiro o econômico, depois o político, depois o cultural e, no final, ao fazer tudo isso, teríamos a totalidade. Me parece que há uma diferença fundamental: pensar que político, econômico e cultural só podem ser estudados em suas relações ou estudá-los em sua separação para depois pensá-los em sua unidade. E foi o que você diferenciou como primeiro e segundo sentido.

Carlos Astarita: Pero entre un sentido y otro hay un abismo, ése es el problema. En el primer sentido de la totalidad estoy pensado que economía, política, cultura están articulados formándola, pero puedo seguir agregando elementos o desagregando, tales como la música, la ópera, la sinfonía, la literatura, etc. Ahí cada segmento del todo está en paridad causal o en interrelación, aunque puedo establecer que un elemento es más o menos importante. Ahora, el otro concepto de totalidad ya es distinto porque se refiere exclusivamente a esencia. Totalidad no sería sumatoria sino esencia. Quiero decir, por ejemplo ¿qué es el hombre? ¿Es la suma del brazo más la mano, más el dedo, más el otro brazo, más la cabeza? ¿La suma de todo eso es el hombre? Ese es el concepto de la escuela de los *Annales*...

Paulo Henrique de Carvalho Pachá: Sim, de acordo...

Carlos Astarita: Cada elemento puede ser más importante, dependiendo el punto de vista. Uno puede decir “*lo más importante para definir al hombre es la cabeza*”, otro “*las manos*”, otro “*los miembros*” y, a lo mejor todos tienen razón, puede haber muchos de esos conceptos, porque todos refieren a una noción de totalidad. En cambio, el otro concepto expresa que el hombre no es la suma de todas esas partes, ya que si le falta un brazo, una pierna, incluso las dos, sigue siendo una persona; totalidad implica otra cosa, una esencia. Doy este tipo de ejemplos, porque muestra la problemática que se nos presenta cuando pensamos qué es feudalismo, no como la sumatoria de todas las cosas, sino en relación a lo que lo define como esencia. Entonces hay que pensarlo desde este punto de vista. Creo que por esta razón Lukács le asigna tanta importancia al problema de totalidad. Hay mucha gente que se asombra, ¿por qué tiene esto tanta importancia? porque se inserta críticamente en una tradición de pensamiento sobre la sustancia. Sería muy interesante desarrollar este segundo sentido del problema y, a través suyo, volver a la cuestión.

Paulo Henrique de Carvalho Pachá: Certamente é um problema que traria bastante debate. Eu só gostaria de fazer uma segunda diferenciação: me parece que dentro do primeiro sentido que eu aponto nessa nota existem duas possibilidades: uma é a que você mencionou: seria tomada pela escola dos *Annales* e seria ver o todo como soma de suas partes, sim? E que me parece absolutamente errada, ou absolutamente parcial. Diferente desse e diferente também do segundo que está aí, há um outro que é pensar, por exemplo, a sociedade... Se pensamos a sociedade, um

grupo, uma sala de aula, um partido, um sindicato, certamente eles não são apenas a soma de suas partes. Como seria para a Escola dos *Annales*. Ainda que eles tenham uma totalidade enquanto essência, acho eu que há nesse caso um terceiro sentido, que é pensar não como... me parece que essência tem um aspecto cristalizado ou, de certa forma, fixo, como essência de fato tem. Aquilo que é essencial para que tal coisa exista, mas que além disso esse grupo, esse partido, essa sala de aula, tem como essência também a totalidade ou a soma não de suas partes, mas a soma das relações entre essas partes. Portanto, voltando ao exemplo do corpo que, definitivamente, não é o melhor para o meu argumento. Para a escola dos *Annales* se desmembrássemos um homem completamente e ele morresse, e remontássemos suas partes como um homem morto, a Escola dos *Annales* (ou alguém operando nessa linha) teria que concordar que está feita a totalidade, muito embora isso seja um absurdo.

Carlos Astarita: Estamos llegando a un acuerdo, lo cual es importante ¿no? En definitiva, el concepto de esencia en Marx no es una sustancia, sino el conjunto de las relaciones sociales, es decir, tiene un concepto relacional de esencia. Vos me dijiste que tenías miedo de ir al concepto de esencia porque puede llevar a lo inmutable, a lo fijo, a un elemento cristalizado. En este aspecto, Marx se distingue de todos los autores de concepción platónica, que entienden la esencia como una sustancia, un paradigma, una inmutabilidad, ya que el concepto de Platón refiere al mundo de las ideas y de los modelos fijos. En cambio, Marx disuelve en la sexta *Tesis sobre Feuerbach* (1845) esa inmutabilidad, esa sustancialidad de esencia, al definirla como un conjunto de relaciones. En este sentido, lo relacional no es el todo en cuanto sumatoria de partes, sino justamente una inmensa cantidad de cosas, de las cuales tenemos que sacar algunas, lo que le resulta muy difícil a ciertos investigadores, para quedarnos con lo que define conceptualmente a lo que estamos viendo.

Paulo Henrique de Carvalho Pachá: Si, si.

Carlos Astarita: Entonces, muchas veces se produce un proceso vinculado a desagregar, “pensar es olvidar”, como decía Borges, un proceso de abstracción que resulta contrario a lo que hacía Funes el memorioso. Eso es lo importante. Estoy de acuerdo con lo que vos decís acá en tu artículo sobre el problema de relacionar, pero no en irnos por las ramas, como se va Guerreau, que está volando siempre hacia la derecha... (risas)

Paulo Henrique de Carvalho Pachá: De acordo. A distinção é que, talvez nessa nota, o segundo exemplo, me parece... a partir de uma perspectiva sobre o capitalismo e fundada muito em uma visão da relação entre o Marx e o Hegel como metodologia de O Capital, me parece que o sentido de totalidade para o capitalismo seria mais que o somatório dessas relações, já que seria um somatório de relações que põe as suas condições, os seus pressupostos. Ainda que não seja a essência platônica, cristalizada, é uma essência que tem a sua dinâmica de forma imanente e não acho que isso seja o que encontramos em outras sociedades, pré-capitalistas. Então, agora que chegamos a um acordo entre dois sentidos para essência, talvez seja interessante avançar para uma distinção nesse segundo.

Carlos Astarita: Sí, lo que pasa es que siempre que uno capta algo hay un elemento de fijeza, sino el mundo sería inaprehensible. Si no tenemos posibilidades de captar algún momento de estabilidad relativa, no podríamos pensar lógicas de funcionamiento.

Paulo Henrique de Carvalho Pachá: O que me parece é que para o capital, ou para o capitalismo, esse momento de estabilidade relativa é o momento essencial. Nós podemos pensar em relações diversas para o feudalismo, ou para a sociedade medieval, que admitem transformações muito sensíveis. E, no entanto, no capitalismo essa essência seria o movimento do capital, em última instância, o processo de valorização. E esse movimento, essa dinâmica imanente, não admite nenhum tipo de transformação. Talvez seja essa a distinção do que eu esteja fazendo. De fato, isso foge completamente do tema discutido em medieval, mas me parece que é por onde tem que se ir para, claro, no segundo momento, voltar a análise da própria sociedade medieval. O que eu disse quando "toda história é retrospectiva" é que a gente só faz história nesse movimento: analisando nossos pressupostos e limitações estruturais contemporâneas. Então ainda que isso pareça um desenvolvimento abusivo para um medievalista, ao contrário, para mim ele parece essencial.

Carlos Astarita: Si no entendí mal, te parece esencial el movimiento medieval que lleva al capitalismo...

Paulo Henrique de Carvalho Pachá: Não... Me parece essencial que estudemos, mesmo enquanto medievalistas, o movimento do capital, a sua essência, a sua dinâmica imanente, porque é isso que nos permite enquadrar as sociedades do passado, sempre como contraposição.

Carlos Astarita: ¡Ah! Totalmente de acuerdo. Está muy bien lo que decís, espectacular...

Paulo Henrique de Carvalho Pachá: Eu, só para completar, estou absolutamente de acordo, em termos de uma prioridade, ou uma determinação do econômico. Me parece, e foi algo que tentei fazer aqui, é que os termos nos quais isso é apresentado podem ser complexificados. Então ao invés da tradicional e batida, e criticada, metáfora da base e superestrutura, onde a superestrutura é um reflexo da base, essa base em sua relação com a superestrutura pode ser vista de forma mais complexa, como sistema de relações entre base e superestrutura, onde, claro, a base detem essa prioridade ontológica no limite, ou, no mínimo, as pessoas precisam comer para sobreviver. Se a Nova História levou com grito de guerra que os homens não vivem só de pão, talvez seja o momento de dizer que sem o pão os homens também não vivem. Então estou plenamente de acordo com essa determinação. Eu não sei se dei conta de todas as questões, mas obrigado.

Bibliografía mencionada en los comentarios

- Astarita, C. (2009) “La historia de la transición del feudalismo al capitalismo en el marxismo occidental.” *Anales de Historia Antigua, Medieval y Moderna*, Vol. 41. Pp. 101-131
- Bartra, R. (1986) *El modo de producción asiático. Problema de la historia de los países coloniales*, México: ERA.
- Chavarría Arnau, A. (2004) “Interpreting the Transformation of Late Roman villas: The Case of Hispania.” En: Christie, N (ed.) *Landscapes of Change. Rural Evolutions in Late Antiquity and the Early Middle Ages*. Aldershot: Ashgate. Pp 67-102.
- Díaz Martínez, P. (2007) *Hispania tardoantigua y visigoda*. Madrid: Istmo.
- Díaz, P. & Martín Viso, I. (2011) “Una contabilidad esquiva: las pizarras numerales visigodas y el caso de El cortinal de san Juan (Salvatierra de Tormes, España).” En: *Entre el impuesto y la renta. Problemas de la fiscalidad tardoantigua y altomedieval*. Bari: Edipuglia.
- Drinkwater, J. (1992) “The Bacaude of the Fifth-Century Gaul.” En Drinkwater, J. & Elton, H. (eds.) *Fifth-Century Gaul: A Crisis of Identity?* Cambridge: Cambridge University Press.
- Guerreau, A. (2001) *L’avenir d’un passé incertain. Quelle histoire du Moyen Age au XXIe siècle?*, París: Seuil.
- Loring, M., Pérez, D. y Fuentes, P. (2007) *La Hispania tardorromana y visigoda. Siglos V-VIII*. Madrid: Síntesis.
- Orlandis, J. (2003) *Historia del reino visigodo español*. Madrid: Rialp.
- Pérez Sánchez, D. (1998) “Legislación y dependencia en la España visigoda.” En: Hidalgo, M.; Perez, D. y Gervás, M. (Eds.): “Romanización” y “reconquista” en la Península Ibérica: nuevas perspectivas. Salamanca: EdUSAL.
- Thompson, E. A. (1971) *Los godos en España*. Madrid: Alianza.